

SESSÕES DO PLENÁRIO

2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de fevereiro de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Lula. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar nº 143/2021, procedente do Poder Executivo, que (lê) *“Altera a Lei Complementar nº 48, de 10 de junho de 2019, na forma que indica”*, projeto para adequar a legislação às normas e às exigências para o Marco Legal do Saneamento Básico em quatro microrregiões; Projeto de Lei nº 24.362/2021, também do Poder Executivo, que (lê) *“Altera a Lei nº 2.929, de 11 de maio de 1971, na forma que indica, e dá outras providências”*, também adequa a Embasa ao novo Marco Legal do Saneamento.

Há projetos de decreto legislativo de autoria dos Srs. Deputados e das Sr.^{as} Deputadas, reconhecendo estado de calamidade pública em alguns municípios da Bahia.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, quero registrar a presença do Sindae, sindicato que representa os trabalhadores e as trabalhadoras da Embasa, às portas desta Casa. Daqui a pouco, eles estarão, com certeza, nas galerias.

E não há apenas o Sindae, pois a sociedade civil organizada, hoje, está com os olhos atentos à Assembleia Legislativa, porque está evidente que este projeto que foi posto, ou melhor, dois projetos que, no fundo, são complementares, apresentados pelo governador Rui Costa, e que se tenta votar no dia de hoje, vão representar a privatização dos serviços da nossa Embasa.

Isso é uma situação extremamente grave porque, além de todo o desastre que as privatizações no campo do saneamento básico têm trazido no Brasil, os casos de Maceió e de Manaus são emblemáticos. O povo está na rua pedindo a reestatização dos serviços.

Além desse problema, nós temos a situação do aumento das taxas nas contas, a queda da qualidade do serviço. E, aqui, especificamente na Bahia, a situação é particularmente grave, porque nós, hoje, só temos cerca de 20 municípios que são superavitários, o que significa que quase 400 municípios da Bahia podem ter a situação de secundarização completa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por empresas privadas que passem a dirigir e a controlar o serviço à população.

Olhem a situação na qual nós estamos postos. Nós podemos estar colocando saneamento básico na Bahia à beira do despenhadeiro. E a gente sabe o que isso significa para a saúde da população, para a produção, para tudo que é de mais importante para o nosso povo. E é por isso que nós realizamos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o Gabinete Pelas Ruas. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que fizemos, ontem e hoje, o Gabinete Pelas Ruas, que é correr a cidade em cima do carro de som. E o que a gente ouvia da população é: “Não pode privatizar! É um erro privatizar!” E, aqui, a expressão da sociedade civil é a expressão dessa vontade popular contrária à privatização.

Então, nós queremos pedir a sensibilidade de todos os deputados e deputadas. Vamos fazer o debate de maneira democrática. Não dá para o governo inserir

na pauta segunda-feira e, na quarta-feira, nós votarmos um projeto de tamanha gravidade para a Bahia, com repercussões, a meu ver, inclusive, nacionais.

Então, Sr. Presidente, concluo dizendo: água é vida, água é direito essencial. Nós não vamos abrir mão desse direito. Seguiremos na resistência. Todos os deputados e as deputadas precisam se sensibilizar em relação a essa reivindicação popular.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu vou usar os 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado líder da Maioria, o deputado Rosemberg.

O Sr. Sandro Régis: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, antes do deputado Rosemberg usar a palavra, eu queria ver com V. Ex.^a a possibilidade de hoje nós fazermos a inversão de pauta. O projeto de decreto legislativo dos municípios é um projeto importantíssimo. Se não for votado, irá causar sérios problemas aos municípios da Bahia, a todos eles.

Só que o projeto da privatização da Embasa está à frente do projeto de decreto dos municípios. Eu não estou vendo consenso nesta Casa nem da Base do Governo, nem da Oposição para votar esse projeto.

Então, eu gostaria de sugerir a V. Ex.^a, pela sua sensibilidade, em nome dos municípios da Bahia, a concessão da inversão da pauta, hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Caro líder e amigo Sandro Régis, nesta Casa, desde quando haja acordo, tudo é possível. Então é como V. Ex.^a falou. Há dois projetos que estão sobrestando a pauta. E, para haver a inversão da pauta, tem que haver acordo entre V. Ex.^a e o líder, no caso, o deputado Rosemberg.

O deputado Rosemberg vai se pronunciar, vai dizer se concorda ou não.

Este presidente acatará o acordo feito por V. Ex.^{as}, caso haja.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidores, servidoras, imprensa, causou-me uma estranheza a fala do deputado Hilton sobre o projeto que tramita nesta Casa desde o ano passado. O projeto trata da modernização da Embasa. Eu desconheço, nesta Casa, qualquer

projeto que esteja tramitando, que fale de abertura de capital, de alteração de capital, ou de tirar desta Casa o poder de alterar as questões estruturais da Embasa.

Então, primeiro, precisa-se deixar claro. Eu respeito todos e todas. Pedi ao deputado Bira, possuidor de uma relação com o sindicato da Embasa, para que eu venha a me reunir com o sindicato, para que eles possam dizer qual é o projeto que tramita na Casa que versa sobre essa temática ou, ainda, que algum deputado, aqui, possa apresentar.

Não é verdade que tramita nesta Casa esse projeto. Tramitam, na Casa, dois projetos com relação à Embasa. Um deles diz respeito à regionalização das áreas de saneamento, que nada mais é do que algo que dará proteção à própria Embasa. E o segundo projeto, deputado Hilton, diz respeito à atualização da Embasa, atualização do papel da Embasa em relação ao novo marco regulatório de saneamento.

O deputado Rosemberg Pinto e a Bancada do PT se manifestaram contrários, nacionalmente, ao marco regulatório. A Bancada do PT e as bancadas de vários partidos votaram contra o novo marco regulatório. Mas foi aprovado.

Se a Embasa não vai se adaptar ao novo marco regulatório, a Embasa se tornará uma empresa com dificuldade de disputar com as outras empresas, inclusive públicas, dos outros estados, para as áreas de saneamento. Então, não há que se falar nessa questão.

Eu desafio qualquer parlamentar, qualquer dirigente sindical... E eu ouvi o presidente da Embasa, ouvi o ex-presidente da Embasa. Não há que se falar em alteração da estrutura da companhia no que diz respeito ao seu capital. Não tem nenhum projeto nesta Casa que verse sobre privatização ou, sequer, abertura de capital.

Por isso, deputado e presidente Adolfo Menezes, acho ruim que as pessoas, às vezes, estimuladas por outros com más intenções, porque o que eu sinto é que há, por detrás de um debate, de um falso debate, a tentativa de destruir a Embasa! E o que nós vamos tratar nesta Casa, que está nos dois projetos, é só ler, é para dar condição à Embasa de disputar com o setor privado, porque esse setor quer abocanhar toda área do saneamento no Brasil. Então, é um falso debate.

Quanto a outra questão, deputado Sandro, eu não tenho nenhum problema com relação a votarmos nenhum tipo de decreto. Disse a V. Ex.^a e disse ao deputado Luciano que estão sobrestando a pauta esses dois projetos aqui. Eu topo o seguinte, ou seja, a gente pode votar na próxima sessão com retroatividade, sem nenhum problema, como já fizemos várias vezes. O objetivo é para a gente poder votar todos os projetos com retroatividade, a fim de não causar prejuízo a nenhum município.

Agora, nós temos, também, presidente, de discutir, caso a caso, os decretos municipais para evitar que a gente cometa alguns erros e fique, na cola dos deputados e das deputadas, a aprovação de algum projeto que não esteja dentro da realidade de calamidade pública ou de urgência. Certo?

Eu não tenho nenhum problema, deputado Sandro. Conte sempre comigo para essas questões. Está topada a inversão da pauta na próxima sessão. Mas eu queria analisar, deputada Mirela, com mais critério, quais são esses projetos, então, da nossa parte.

Reafirmando e aproveitando o acesso de alguns amigos e amigas que representam o setor de água e esgoto do estado da Bahia, como líder da Bancada do Governo, se o deputado Sandro Régis também quiser participar, eu quero receber, agora, logo depois da sessão, os representantes dos sindicatos, da CUT, se houver, das centrais sindicais, para que a gente possa ouvir dos sindicalistas. Digo isso porque eu tenho orgulho imenso de ser a minha origem.

Mas gostaria de dizer que não há, nesta Casa, nenhum projeto que versa sobre privatização e abertura de capital da Embasa, como também nenhum projeto que traga qualquer prejuízo para a Embasa.

Ainda ontem, fizemos uma reunião com a Bancada do PT. E qualquer outro partido... Falei nesse instante com o deputado Bobô para que a gente possa fazer, inclusive, uma reunião de líderes e vice-líderes, já no início da próxima semana para tirar todas as dúvidas. Digo isso porque, às vezes, se a gente não lê projeto, a gente debate em cima do que alguém fala. E quando você lê o projeto ou os projetos que estão aí, eu não encontrei o projeto que fala de privatização e de abertura de capital.

Muito pelo contrário. Há dois projetos.

Um deles fala da valorização da companhia e de adaptar a companhia para disputar, com o mercado privado, a nova regra de saneamento, o que nós nos posicionamos contrários, em nível nacional. Mas se nós não nos adaptarmos para fazer essa disputa, diferentemente do que algumas pessoas comentam, nós deixaremos de ter esse patrimônio.

E nós queremos a Embasa forte, pujante, que possa disputar com orgulho dos baianos e das baianas, porque, caso contrário, nós vamos ter uma Embasa pequeninha, como alguns querem, sem capacidade de disputar, perdendo espaço, porque, por trás de um falso discurso, há uma intenção significativa de destruir este patrimônio que é a Embasa.

Já vou pedir para marcar, assim que terminar esta sessão, com os representantes do movimento sindical.

Então, Sr. Presidente, agradeço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado e líder Rosemberg, eu gostaria que V. Ex.^a, junto com o deputado... Deputado Rosemberg... deputado Rosemberg... Gostaria que V. Ex.^{as}, como líderes da Maioria e da Minoria, respectivamente, deputados Rosemberg e Sandro Régis, verificassem os critérios dos municípios que estão pedindo o estado de calamidade para que esta Casa, no

afã de agradar e de votar com rapidez, não cometa nenhuma injustiça, ou faça algo errado.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, por isso, eu queria que o deputado Luciano Simões entendesse. Ele veio conversar comigo. Eu sempre atendia a esse tipo de solicitação, mas para que a gente possa aprovar na sessão seguinte, é necessário a gente fazer, antes, uma reunião da liderança da Maioria com a liderança da Minoria. A gente analisará, a priori, os projetos de decretos legislativos, para que a gente possa ter a tranquilidade de fazer a votação sem qualquer problema.

Aproveitando, já que V. Ex.^a falou, eu quero informar que o projeto que há uma discordância de entendimento com relação à Embasa não poderá nem ser votado hoje, porque há um projeto na frente e esse projeto está sobrestando a pauta. Eu informei ontem para todas as pessoas que me procuraram que não haveria essa votação hoje. Não é um projeto que fala de privatização, é o mesmo projeto que está tramitando. Ele não pode ser votado porque está sobrestando a pauta.

Há um projeto inicial, que esse, nas conversas que nós tivemos na Casa, não havia dissenso. Mas é natural. Qualquer deputado ou qualquer deputada tem o direito de pedir vista. Se assim for, nem o primeiro projeto será votado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, a deputada Mirela. Ela fará seu discurso, hoje, no tempo da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Mirela Macedo.

A Sr.^a MIRELA MACEDO: Boa tarde!

Quero saudar o presidente da Assembleia Legislativa, todas as deputadas, os deputados, servidores da Assembleia, todos os que acompanham esta sessão pela TV ALBA.

Gostaria de iniciar, já que esta é minha primeira sessão de fala, porque a sessão passada, que foi a primeira, o meu gabinete, erroneamente, interpretou que os deputados não teriam fala por ser instalação das comissões. Eu não me fiz presente.

Então, aproveitando esta minha primeira sessão de fala, gostaria de desejar um 2022 de bênçãos para toda a humanidade, principalmente, saúde e paz.

Agradeço a Deus pela vida, por estar com saúde, depois de passados 2 anos convivendo com a pandemia da Covid-19, que nos trouxe uma série de desafios.

Esta é uma sessão muito especial para mim, porque farei um pronunciamento muito importante. Eu quero começar expressando a minha gratidão pela arte e

pelos artistas, pois estamos na semana em que se comemora o centenário da Semana de Arte Moderna.

Quero fazer esta homenagem e esta gratidão aos artistas, na pessoa de Beatriz Costa Neiva, uma mulher, poetisa, hoje com 16 anos. Ela lançou o seu primeiro livro de poesias aos 15 anos, em meio à pandemia, nos presenteando, assim, como outros inúmeros artistas nos presentearam, cada um com sua arte específica, muitas vezes, nos salvando dos sufocamentos que a vida nos apresenta.

Eu lirei três poesias de Bia, que me tocaram imensamente e me fizeram ter a certeza de que estou percorrendo o caminho certo. São elas: *Meu Cheiro*, *Batalha da Paz* e *E agora?*

(Lê) “*Meu cheiro,*
A vida é difícil
E como um parto rasga e dilata’lma.
Aqui somos mães de primeira viagem com direito a
apenas um filho.
Umas têm seios ricos em leite,
Outras são grávidas de peitos secos, sem direito
a amamentar,
Ainda há aquelas de útero semiárido que nunca hão
de procriar.
Olhe, meu cheiro, vou lhe dizer:
A vida é ladrona
E vai te roubar
Vai arrancar de você amores, sabores, desejos e
aromas
Pois ela de tudo é dona e toma de súbito o que um
dia resolveu emprestar.
Meu cheiro, lhe dou um conselho:
Não te assustes, suporte
Sê bravo, sê forte
E quando a vida lhe furtar
Deixe que leve lembranças, infâncias, livros,
diplomas, sorrisos e chamegos
Só não te aparte de duas coisas: da tua capacidade
de amar e do teu direito de dizer não.
Nem que isso te custe meses a menos de gestação.
Meu bixin,

*Leve meu cheiro e meu beijo consigo
Nessa viagem que é a despivida.
Baile e chore nas noites sofridas
E, sem cerimônias, largue logo teu adeus, e se
pique de vez quando alguém lhe rejeitar.
E olhe, te cuida e te planta, vú, porque rasteira da
vida é o que não vai faltar.”*

*A outra poesia é a Batalha da Paz.
(Lê) “Algemaram meus pulsos,
mas não contiveram o meu espírito.
também me espancaram,
porém não fiquei abatido.*

*De lágrimas, é minha armadura.
de compaixão e amor, meus golpes.
minha luta não é contra povos e nações,
ela vai contra sofrimento e indiferença,
a temida violência.*

*Violência que acusa o inocente,
que se alimenta do desprezo,
o maior dos inimigos,
que seduz todas as castas
com armadilhas disfarçadas de abrigo.*

*Declarei guerra contra ela,
e ao lado de um exército fraterno,
desvio de seus ataques fatais
com as armas da compreensão
e mísseis da tolerância
Assim posso o confronto vencer,
no qual já perdi filhos, irmãos, mães, pais...*

*todos os que se venderam para inimiga
mesmo tendo parte de mim levada,
tenho que perseverar, me preparar
para desfrutar a guerra com a paz.”*

E, por último, eu quero ler o poema E agora?

(Lê) “O leite foi derramado.

E agora?

O vaso quebrado.

E agora?

O tempo a escorreu pelas mãos

E agora?

E agora...

Eu limpo o leite, Cato os cacos, Viro a ampulheta,

Tiro os olhos da areia que escoar, Recomeço.

E agora?

Ordenho a vaca,

Moldo um jarro novo.

E agora?

Bebo o leite,

Deposito no cântaro minhas flores favoritas,

Enxugo minhas lágrimas

*E encho meus lábios de gozo, porque o que era
velho se fez novo.*

Viro a página,

Não tem como reaproveitar o perdido,

Não posso ressuscitar o finado,

Resta-me apenas gerar nova vida

E aguardar o próximo 'e agora...

O e agora

Que nunca foi pergunta, mas resposta.

*Resposta a todos os meus anseios e agonias
da alma.*

O 'e agora' que

Me impediu de voltar para o futuro

de fracassos que o meu Eu criava para

sabotar-me a mim,

O 'e agora'

Impediu-me de virar estátua de sal,

O ‘e agora’

Guiou-me para a luz.

E agora...

Sei que o que passou não é praga, passado é ensinamento, e agora é presente.”

E, aí, queridos deputados? Minha amiga aqui, deputada Fabíola, é bom te ver presencialmente. Eu não tenho vindo às sessões presenciais. Eu quero externar, deputado Ubaldino, você que conversava, ali, atrás, comigo, há pouco, nosso líder Sandro Régis, o líder da Maioria, Rosenberg...

Eu quero externar o meu agradecimento eterno a todos, todos os funcionários públicos do estado, líderes políticos de diversas esferas e regiões do estado, líderes partidários, a todos que me acompanham e passam na minha vida de alguma forma, que me ajudaram a acordar e despertar para o sofrimento e indiferença, a temida violência.

Como tão bem escrito pela poetisa Bia em *Batalha da Paz*, a violência do desrespeito, a violência da desvalorização, a violência da falta de reconhecimento, a violência, Fabíola, simplesmente por ser mulher, a violência do engodo, a violência da mentira, a violência da covardia que prioriza justificativas artificiais ao assumir responsabilidades. E é por isso que, sem cerimônias, larguei o meu adeus e me piquei ao perceber tanto rejeito, como tão bem escrito, na poesia *Meu Cheiro*.

Quero pedir perdão àqueles que sofreram comigo, junto comigo, os efeitos de tanta rejeição, menosprezo e humilhação. E, aí, eu posso passar o dia inteiro fazendo citações, a exemplo de Nildo, Rose, Suiane, Rogério, Dilza, Davi, Alexandre, Gilvan, Egnaldo, Mara, Ana, Brenda, Adison, Francisco, Ronaldo... tantas e tantos.

Quero me solidarizar com todos que, por algum motivo, foram seduzidos com armadilhas disfarçadas de abrigo, como tão bem escrito em *Batalha da Paz*. O despertar acontecerá no momento certo para cada um de vocês, como aconteceu comigo. Eu estarei aqui para fortalecer, sempre, o exército fraterno.

E agora? (Lê) “(...) *Resta-me apenas gerar nova vida...*

(...) O ‘e agora’ que

Me impediu de voltar para um futuro

de fracassos que o meu Eu criava para

sabotar-me a mim,

O ‘e agora’

Impediu-me de virar estátua de sal,

O ‘e agora’

Guiou-me para a luz.

E agora...

Sei que o que passou não é praga, passado é ensinamento, e agora é presente.”

E é com esse presente que afirmo, aqui e agora, que não estarei mais fazendo parte da Bancada do Governo neste Parlamento. Eu ainda não tinha me pronunciado neste Plenário porque a gente entende que, na política, a gente precisa cumprir alguns ritos e sair pela porta da frente, assim como a gente entra em qualquer espaço.

Agora, são novos tempos, tempos que me fazem ter certeza desta minha escolha. Afinal, liberdade e respeito, para mim, são inegociáveis. Continuo a minha caminhada, em 2022, com muita disposição e muito trabalho, como já é de praxe.

Sou pré-candidata a deputada estadual nas eleições deste ano. Tenho certeza de que os 50.357 eleitores e eleitoras, espalhados por 299 municípios baianos, confiam no trabalho, na representatividade da deputada estadual Mirela Macedo.

Também, eu tenho a certeza de que serei reconduzida para o terceiro mandato para continuar lutando por uma Bahia mais justa e mais desenvolvida, sem mentiras e sem enrolação, mas, sim, com respeito às pessoas.

E assim, Sr. Presidente, encerro a minha fala neste dia 16 de fevereiro de 2022.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcelino Galo por 10 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho: Sr. Presidente, aqui é o deputado Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões Filho: Só uma comunicação inadiável, antes do pronunciamento do nobre deputado Marcelino Galo, que está com o cabelo novo.

Presidente, faço, aqui, um apelo ao líder do Governo e ao líder da Oposição, tamanha é a importância da inversão da pauta da votação desta tarde. Sabemos de dois projetos de lei polêmicos, inclusive, um está trancando a pauta. E, na pauta de hoje, o terceiro projeto trata dos decretos municipais de estado de calamidade pública.

É notório a todos os colegas desta Assembleia Legislativa que esta votação deveria ter sido feita ao fim do ano passado, inclusive. Por todas as agruras

que a Covid-19 colocou ao nosso país e ao nosso estado, os municípios também foram muito penalizados. Esse decreto tem de ter a sua continuidade e renovação por esta Assembleia Legislativa, haja vista questões contábeis e de prestação de contas de convênios que estão para ser renovados, que estão para ser formados em acordos assinados e convênios, que já estão em tramitação.

É fundamental, para a saúde fiscal dos municípios da Bahia, que esta Assembleia Legislativa inverta a pauta nesta sessão de hoje e coloque, em primeiro lugar, para a votação, os decretos municipais de calamidade pública dos municípios da Bahia, que já estão na pauta de hoje. Isso vai causar, sobremaneira, um problema aos municípios da Bahia.

Vamos, líder do Governo e líder da Oposição, fazer a inversão da pauta, hoje. Esta votação já deveria ter sido feita desde o fim do ano passado! Vamos lembrar que, mesmo que a votação tenha efeito retroativo, os municípios continuam descobertos e prestação de contas desses convênios acontece.

Vamos nos colocar no lugar dos prefeitos municipais que, com toda preocupação e decência com o dinheiro público, estão solicitando a renovação do estado de calamidade pública municipal, que nós, aqui, da Assembleia Legislativa, já votamos.

Aqui é apenas uma renovação.

Este é o meu pleito, importantíssimo, para a inversão de pauta na sessão desta tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcelino.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, nobres deputados, deputadas, companheiros e companheiras que nos acompanham das galerias, imprensa nesta Casa, eu gostaria, hoje, de falar um pouco e registrar a experiência de retomada dos governos progressistas na América Latina.

Eu estava lendo sobre o processo constituinte que acontece, exatamente, no Chile. E, ali, foi uma luta daquele povo que viveu uma das ditaduras mais cruéis do mundo, com o assassinato de milhares de chilenos. A constituição que está sendo elaborada tem, como seu eixo central, a desprivatização da água naquele país. O Chile viveu essa experiência.

Se tenta repetir, neste país, a experiência chilena. Alguns a conceituam como o “naziliberalismo”. Lá, teve Paulo Guedes, que viveu aquela experiência; e é, agora, o grande organizador deste processo no Brasil. Tem aquele outro a fazer aquelas pataquadas.

Mas o capital lhes dá sustentação. Trata-se de, numa velocidade nunca vista neste país, fazer esta contrarrevolução no sentido de tirar direitos da classe trabalhadora e de destruir a nossa natureza. Agora, o capital avança, pois o excedente do capital quer controlar a água.

Aquele país chegou ao seu limite máximo, até a vazão dos rios pertenciam às grandes corporações. As populações indígenas não podiam retirar água dos rios sem

pedir licença às corporações – as corporações empresariais que tomam conta da vida. Isso é o que eles querem. Esse foi um processo muito violento para chegar aonde chegou. E a sociedade chilena chegou à exaustão.

A Comissão de Meio Ambiente, de modelo econômico da constituição, colocou, claramente, num artigo já aprovado, que, agora, a gestão da água e o controle da água pertencem ao estado, delimitado pela constituição e pelas leis. Avançou muito mais! As águas dos territórios dos povos originários, ou seja, dos povos indígenas serão submetidas ao controle dos povos indígenas. Eles terão a possibilidade de tecer uma constituição própria, que regule e controle os seus recursos naturais.

O Brasil está vivendo esta situação. Nós sabemos a inspiração daqueles que aprovaram o marco regulatório, novo marco do saneamento, no Congresso Nacional, onde as forças mais reacionárias... Com a oposição firme do Partido dos Trabalhadores, do Partido Comunista do Brasil, do PSOL, que resistiram, foram derrotados, continuaram resistindo.

Arguíram, no Supremo Tribunal, a questão da legislação. Perderam em alguns itens, alguns outros ainda estão sendo julgados. Por isso, nós precisamos ter paciência. Não podemos entrar nessa história de que é para ajustar a Empresa Baiana de Saneamento a esse novo marco regulatório, porque ela não vai quebrar coisa nenhuma, porque empresa pública não quebra. Empresa pública é um patrimônio do povo. E o povo tem de ter os seus canais de participação.

A Embasa não pertence a um governo que dura 4 anos, que pode se eleger. Por isso, nós estamos aqui para dizer: nós não concordamos com esse projeto. Não só com um, com os dois projetos, porque esse outro que chegou aqui – quando eu fui lê-lo, de forma detalhada – tem questões que têm de ser revistas.

Então, não há consenso, não há conhecimento do que significa o projeto. É um projeto muito complicado de se ler. E essa complexidade precisa ser com transparência máxima possível, interpretada, para a gente saber realmente o que se pretende. Não há tempo suficiente porque eu, com a minha média inteligência, não tive capacidade de compreender, de conhecer e o que eu conheci não aceito. Por isso, a gente não pode votar esse projeto.

Concordo com deputado Luciano Simões. Vamos fazer a inversão de pauta, vamos cuidar da vida daqueles que foram atingidos por enchentes e pela crise sanitária. Resolveremos isso...

(As galerias se manifestam.)

(...) e, depois, com muita calma... Porque nós combinamos, na Bancada do Partido dos Trabalhadores, de realizar um seminário com a participação da representação dos trabalhadores, com a representação do conselho daqueles que representam os trabalhadores no conselho administrativo, dos deputados que também quiserem participar, para discutir a fundo, porque, pela primeira vez, nós tivemos a possibilidade de ouvir a posição do governo. E discutiremos, de forma aberta e franca, com o companheiro Rosemberg, que é o líder do Governo. Ele

defendendo a posição dele, mas não conseguiu nos convencer. Então, precisamos ser convencidos. Se não formos convencidos, então não votaremos esse projeto.

(As galerias se manifestam.)

Sabemos? Não! Não, por quê? Eu sou franco com o deputado Rosemberg, ele sabe da minha lealdade, mas da forma como foi conduzido, como chegou o PLC n° 143/2021. Eu peço ao deputado Sandro Régis que leia com cuidado o que significa esse projeto. Aqui se diz que essa empresa do povo baiano, do povo brasileiro, vai se reservar à produção de água e vai se distribuir. Quem vai distribuir essa água? Onde é que estão os investimentos mais pesados? É na produção de água! E a distribuição de água é para as empresas privadas.

Então vejam as 19 empresas que se criam nessa microrregionalização. Esse projeto da forma como está não serve ao povo da Bahia, não serve a ninguém.

(As galerias se manifestam.)

Por isso, nós vamos discutir e vamos ao máximo, vamos à exaustão.

Então, peço a compreensão do deputado Rosemberg para que leve essa posição ao governo, para que a gente possa ter a tranquilidade necessária com a participação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de todos para a gente construir aquilo que vai servir de plataforma para a nossa sociedade.

No Chile, nós já vimos o que foi. A sociedade chilena derrotou o fascismo, derrotou esse marco legal lá. Por que nós vamos recriar isso aqui no nosso país? Fica a pergunta aos Srs. Deputados.

(As galerias se manifestam.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, deputado Hilton. Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar Patriota para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o deputado Luciano Simões Filho falará por 5 minutos; e por 5 minutos, o deputado Prisco. Mais uma vez, Sr. Presidente, eu quero aqui... não politizando o assunto, porque entendo que existem 417 municípios na Bahia com todas as cores partidárias. Eu faço um apelo novamente a V. Ex.ª: que converse com o líder Rosemberg, que sempre foi um cara de muito bom senso e muito bom trato, para não deixar levar essa questão *interna corporis* da sua bancada prejudicar os municípios.

Esta Casa, hoje, aqui, pode prejudicar todos os municípios. Municípios esses, Sr. Presidente, que já não estão cobertos pelo decreto. Esse decreto que nós iríamos votar em dezembro, chegamos aqui a um consenso de votar logo na reabertura dos trabalhos de uma forma retroativa. Então, a Casa está ciente de que nós podemos prejudicar municípios, inclusive de V. Ex.^{as} que têm a grande maioria dos prefeitos apoiados por deputados governistas. Os prefeitos podem deixar de receber recursos relacionados à pandemia.

Eu quero registrar que esta Casa está ciente de que pode prejudicar os municípios, se não vier a votar os decretos. Agora, Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que, com o seu poder de presidente e de amizade pessoal, V. Ex.^a convença o líder do Governo, porque isso não é questão de partido, isso é questão de municípios.

Era essa a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, esta questão de ordem tem duas motivações. Primeiro, respondendo ao deputado Sandro. Eu já disse aqui que não há nenhum impeditivo de votarmos. Na semana passada, eu estava aqui, inclusive pedi que nós votássemos esse projeto. Semana passada! Então não há que se falar que não há por parte do governo interesse em votar os projetos.

O deputado Luciano pediu especificamente o projeto da cidade de Castro Alves. Eu não quero ser indelicado com os outros municípios. Então, é o seguinte: a minha decisão é de que ou a gente vota todos ou não dá para votar. E eu não quero votar... É porque às vezes eu não gosto de comentar para não expor os colegas. O problema, presidente e deputado Sandro, líder, é que nós precisamos – e foi a fala do presidente – fazer uma análise mais criteriosa do que está acontecendo, porque o presidente recebeu uma mensagem que chegou a mim: “Olha, cuidado, para que a gente não aprove um projeto que não esteja enquadrado dentro da realidade, apenas para se utilizar da situação, seja de pandemia, seja das crises, das enchentes que nós tivemos.”

É só, deputado Luciano, esse cuidado. E me comprometo aqui, com a assessoria da liderança da Maioria, de analisarmos o que já tem condição. E a gente vota com a data retroativa, não haverá nenhum prejuízo para o município. Eu queria que entendessem isso para não parecer, deputado Sandro, que a gente está aqui e não está fazendo a nossa tarefa. Eu quero fazer com muita tranquilidade.

A outra questão – respondendo ao meu querido companheiro, amigo, parceiro de longas datas, deputado Marcelino, respondendo à sua citação –: esse projeto não é de Rosemberg. Nesse projeto da Embasa, eu tenho o mesmo entendimento conceitual de toda a Bancada do PT.

O marco regulatório foi definido pelo Congresso Nacional com os votos divergentes da bancada do meu partido e de outros partidos, inclusive com a minha turma assessorando – naquilo que a gente tinha de conhecimento – os nossos

parlamentares federais no sentido de evitar que esse marco trouxesse prejuízo para o saneamento. Mas, infelizmente, o Congresso Nacional tem uma maioria adversa ao pensamento da nossa bancada, deputado Bira, deputado Osni. O que nós discutimos ontem, e com a anuência de todos os 11 deputados da Bancada do PT, foi que nós não votaríamos hoje o segundo projeto para que se desse a oportunidade de discuti-lo com um maior detalhamento e evitar dúvidas.

Deputado Marcelino, fui eu quem retirou projeto de pauta, e aqui chamo os testemunhos dos meus companheiros de partido. O governo encaminhou em outubro. E eu levei à Bancada do PT exclusivamente, e peço desculpas às bancadas dos outros partidos. Pedi a eles dizendo: olhem, vocês que têm uma relação, nós que temos uma relação com os companheiros e as companheiras da Embasa, discutam. Debatam isso, porque eu não tenho como segurar por muito tempo. Ainda assim, na última sessão, eu retirei para não colocar em pauta e nós passamos todo o recesso com a oportunidade de debater o projeto. Então não me venha aqui nenhum companheiro, nenhuma companheira – eu, como líder da Bancada da Maioria – dizer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que não foi criada a oportunidade para o Partido dos Trabalhadores debater com a base social o projeto.

Então, isso eu não posso permitir isso no meu currículo. Eu quero aqui pedir desculpas às bancadas dos outros partidos, porque não fiz esse debate com os outros partidos. E Bobô me cobrou, e Fabíola me cobrou o que eu fiz com a Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Luciano.

Desculpa, há pouco, o deputado Hilton tinha solicitado questão de ordem.

Deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Muito rapidamente, quero registrar aqui a presença... Antes disso, aliás, parabenizar o discurso do deputado Marcelino Galo que, de uma forma complementar, deixou bastante nítido o quanto esses projetos, de fato, se encaixam. O PL n.º 24.362/2021 e o PLC n.º 143/2021. Como eles se encaixam no mesmo processo que vai levar ao que aconteceu no Rio de Janeiro, em Manaus e em Maceió, que está sendo rejeitado pela população.

Então eu quero parabenizar esse discurso, porque ele nos ajuda a entender a complexidade da situação. E é parte do trajeto que nós temos que fazer para entender a situação de saneamento básico, especialmente com essa perspectiva, deputada Fabíola, ultraliberal que se inaugurou com o governo de Jair Bolsonaro e que não pode ganhar materialidade nos estados. Essa é a questão. Nós não

podemos oportunizar que o ultraliberalismo se instale, consiga se concretizar na Bahia.

(As galerias se manifestam.)

Essa é a grande polêmica. Não precisamos acelerar nada! Precisamos ser resistência. Eu quero dizer, nesse sentido, que eu estou muito contente com a ocupação desta galeria, diversas lideranças que representam o nosso Sindae, representam o partido de esquerda aqui, o PCB. A vereadora Marta Rodrigues está aqui presente também. É, na verdade, uma síntese do que está fora desta Casa, nas portas da ALBA. A multidão que hoje está lá fora dizendo que a Bahia não concorda com o processo de sucateamento, secundarização e privatização do saneamento.

Parabéns pela luta! E nós vamos sair vitoriosos e vitoriosas. (Palmas)

Parabéns, deputado Marcelino Galo!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu só quero aqui registrar, para reforçar o seu discurso, deputado Luciano, porque o deputado Rosemberg disse que queria ter critérios para a questão da renovação dos decretos. Nós estamos renovando os decretos que esta Casa já aprovou. Não há nada de novo. Então, esse argumento não cabe neste momento. Não há critério novo. O critério foi feito quando nós votamos estes projetos lá atrás. O que os prefeitos estão apenas pedindo, solicitando, é a renovação dos critérios. Então, quero deixar claro porque o bom português não deixa ninguém na dúvida. A Casa tem de se responsabilizar por suas atitudes. Se a atitude da Casa – que não é de acordo com a Oposição de não votar os critérios –, assuma posição a Casa. Mas não venha trocar, não venha dificultar ou querer embarçar uma situação, porque não é essa. Estes decretos são apenas para serem renovados. Não há nada de critério novo, nada disso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Mas, presidente, é bom a gente deixar claras as coisas, porque Rolando Lero tem de ficar na *Escolinha do Professor Raimundo*.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Sandro, o que eu acredito que o deputado Rosemberg quis dizer é que a situação de 2020 era uma no nosso país e em 2021 da mesma forma. Graças a Deus, a situação de 2022 é bem melhor, mesmo com a contaminação com essa nova variante. Mas, graças a Deus, estamos vendo a ciência, mais uma vez, prevalecendo e o índice de mortes bem menor. Eu acredito que foi isso. Mas nós vamos chegar, como sempre chegamos, a um consenso e os municípios não serão prejudicados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, Sr. Presidente.

Meus amigos e minhas amigas desta Assembleia Legislativa, o pleito que eu faço hoje, não é pela primeira vez, é uma solicitação muito simples que esta Casa já realizou várias e várias vezes: é um pleito de inversão de pauta.

Na sessão de hoje, na publicação da pauta, foram publicados três projetos, sendo o último Projeto de Decreto Legislativo nº 2.942/2022, que fala: (lê) *“Renova o reconhecimento pela Assembleia Legislativa da ocorrência do estado de calamidade pública dos municípios baianos.”*

Nobres colegas, isso não é novidade para ninguém. Isso já deveria ter sido votado desde o fim do ano passado quando estávamos ainda em sessões totalmente virtuais. Não deu certo. Foi jogado para o ano de 2022 e está na pauta de hoje.

É fundamental invertermos a pauta hoje para a votação desses projetos, haja vista o grande prejuízo que ocorrerá nos municípios da Bahia que não tiverem os seus decretos renovados. Trata-se dos seguintes municípios na sessão de hoje: Nova Viçosa, Ibipitanga, Gentio do Ouro, Monte Santo, Baixa Grande, Andaraí, Capela do Alto Alegre, Remanso, Matina, Ituaçu, Boquira, Rio de Contas, Paramirim, Camaçari, Jequié, Presidente Jânio Quadros, Itagibá, Jeremoabo, Caetanos, Licínio de Almeida, São Francisco do Conde, São Félix, Simões Filho, Correntina, Xique-Xique, Lajedo do Tabocal, Itamarí, Rodelas, Guajerú, Malhada de Pedras e Castro Alves.

São 31 municípios dos quatro cantos do estado de, praticamente, todas as agremiações partidárias deste Plenário. O que temos de votar hoje aqui nesta inversão de pauta, Sr. Presidente, Sr. Líder da Oposição e Sr. Líder do Governo, nada mais é de uma coisa que deveríamos ter feito ao fim do ano passado. Além disso, isso daqui é uma prova cabal da responsabilidade fiscal das senhoras e dos senhores prefeitos da Bahia.

Todo mundo sabe as agruras da Covid-19, ainda mais depois das fortes chuvas que pegaram nosso estado, principalmente na Região Sul e Extremo Sul do estado. Como está a questão administrativa financeira desses municípios? Um caos! Esse decreto abre uma brecha, uma exceção para a situação de extremidade que está acontecendo no nosso estado e no Brasil há 2 anos.

Vamos inverter a pauta hoje. Temos conhecimento e sensibilidade de que sobre os outros dois projetos que tratam da Embasa não há consenso. Aqui é a Casa do debate, precisa de mais tempo, é assim! Agora, a renovação dos decretos municipais de estado de calamidade, que está em terceiro lugar na pauta, tem de ir para o primeiro lugar – a chamada inversão de pauta –, para que esses 31 municípios não tenham e não continuem em situações calamitosas. Desde dificuldades de pagamento de folha como continuidade de convênios e contratos.

É fundamental que votemos hoje, para o bem da saúde fiscal e pública dos municípios da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PSB...

O Sr. Sandro Régis: (Inaudível)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tinha 5 minutos. Para quem era? Desculpa, deputado.

O Sr. Sandro Régis: V. Ex.^a é primo de Omar, é?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Parece. É o deputado, Prisco?

Com a palavra o Soldado Prisco por 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, membros desta Casa e Plenário. Como é bom ver o movimento sindical de volta a esta Casa. Há tempos que o governo do PT está aí. Há 16 anos e nós não víamos isso. E agora vemos o movimento sindical de novo de volta a esta Casa. Graças a Deus! Sou radicalmente contra a privatização da Embasa.

(As galerias se manifestam.)

Mas espero que isso se repita em outras vezes, porque várias vezes os servidores públicos foram massacrados nesta Casa e não víamos, nesta Casa, o apoio de todo o movimento sindical.

Então, espero que a galera volte de novo a esta Casa e continue fazendo esta luta contra todos esses desmandos. Não só deste governo, do governo anterior também, que é a mesma coisa. Foram 8 anos de sofrimento e agora estão acabando mais 8 anos de massacre do pior governador da Bahia que é Rui Costa.

Sr. Presidente, é uma lástima o que vem acontecendo na segurança pública na Bahia, é muito gritante. A população de Salvador, especificamente, não consegue mais sair às ruas. Todos os dias na televisão é um bairro diferente que é fechado pelo tráfico de drogas. Eles determinam tudo na cidade de Salvador. Hoje, a imprensa mostrou Itapuã; ontem foi a Valéria; anteontem foi em Sussuarana; na semana passada foi o Subúrbio; depois a Federação. Todos os bairros de Salvador estão assim, nós não vemos nenhuma posição deste governo nesse sentido. Cada dia mais o número de homicídios só cresce em Salvador. E só vemos repressão contra a nossa categoria, neste governo. Nenhuma mudança, nenhum diálogo por parte deste governo, aliás, só vemos práticas absurdas acontecendo.

Aconteceu agora, mais uma vez, o governo da demagogia e hipocrisia fala da Covid, fala do aumento do número de casos. E agora deslocou um número grande de policiais das cidades de Ilhéus e Itabuna, respectivamente, para Porto Seguro e Itacaré para a Operação Verão. Juntando assim policiais, fazendo uma aglomeração depoliciais.

Isso é uma prática abominável deste governo, fazendo inclusive com que essas pessoas se desloquem de um lugar para outro sem nenhuma proteção, sem nenhum uso, nenhum critério de segurança e de protocolo, ainda aplicando uma escala absurda e arbitrária de 8 horas de serviço diário para esses policiais.

Então, este é o governo que não quer melhorar em nada a segurança pública na Bahia. Está acontecendo também outro absurdo na área da segurança pública na cidade de Alagoinhas, Entre Rios e Rio Real, toda aquela região. Por ordem do ilustríssimo secretário da segurança pública ou o secretário da insegurança pública, porque quando ele abre a boca é um desespero total na Bahia. É tanta (Expressão retirada a pedido da Presidência.) que ele fala.

Está pegando os policiais daquelas cidades para fazer trabalho privado, fazendo segurança das empresas de ônibus nas BRs. É preciso informar aos secretários que a BR é de responsabilidade da Polícia Federal e não se deve desviar o policiamento das cidades – a população que é tão sofrida, já não tem efetivo – para as BRs, para fazer a segurança privada das empresas de ônibus. As empresas de ônibus podem contratar a empresa privada e fazer esse serviço ou emitir ofício à Polícia Rodoviária Federal para que ela efetivamente faça o serviço. E não fazer esse tipo de serviço de retirar o policiamento da cidade e colocar nas BRs para fazer a escolta de ônibus no local, o que fere a Constituição. Ali não é serviço para os policiais militares.

Então, nós estamos vendo as condições em que estão as delegacias. Eu quero parabenizar os Policiais Civis da Bahia, que fizeram uma grande manifestação, essa semana, mais uma vez, buscando aquilo que é direito e que foi votado nesta Casa, que é a equiparação salarial de nível superior. Não vimos em momento algum este governo sentar e negociar. É lei e só falta regulamentar, infelizmente é assim que é tratada a segurança pública neste governo.

É assim que o povo da Bahia todos os dias vê seu sangue sendo derramado pela insegurança pública deste governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E diga não à privatização da Embasa.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo ou ao líder do Bloco Parlamentar PSB/PL para falar ou indicar o orador pelo tempo 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, falará, pela metade do tempo, o deputado Bira Corôa; e pela metade do tempo, deputado pastor Samuel Junior.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Bira.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidores da Casa, especialmente, senhores e senhoras servidores da nossa Embasa. Quero, Sr. Presidente, primeiro, parabenizar mais uma vez o compromisso dos embaseanos para com a Bahia e para com os baianos e baianas. A defesa dos interesses do saneamento e da água é, acima de tudo, vida. É

respeito, principalmente, aos mais necessitados deste nosso estado, especialmente da nossa capital, Salvador.

Então, não poderia deixar de abrir o debate nesta Casa. E eu quero parabenizar a nossa bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque ao tomarmos conhecimento do projeto – com a preocupação e com a responsabilidade de conduzir com o respeito e com a seriedade que requer essa matéria – lá, ainda no final do ano passado, abrimos o debate, a discussão. A bancada determinou ao deputado Marcelino, ao meu mandato, em meu nome, e à Maria del Carmen, nossa deputada, que fizéssemos a discussão e o debate. Nós promovemos rodadas de diálogos com representantes setoriais da categoria para discutirmos e compreendermos o projeto, suas nuances e, conseqüentemente, a intervenção dela no contexto socioeconômico e, acima de tudo, a sobrevivência da Embasa.

E conduzimos o debate à necessidade de não se votar este projeto, de se aprofundar mais ainda esta discussão. Na última terça-feira, no dia de ontem, nós tivemos uma rodada de diálogo com a representação do nosso governo, para debatermos o projeto e chegamos à compreensão da necessidade de não se votar este projeto no dia de hoje, de se abrir um ciclo de debates, que é um seminário que está sendo puxado para a segunda-feira. Exatamente para aprofundar esta discussão e encontrarmos um caminho comum na defesa, acima de tudo, da autonomia da Embasa e na garantia da Embasa como instrumento estatal que representa os interesses socioeconômicos e políticos deste estado, e da qual a gente não pode abrir mão.

Temos compreensão de que o plano nacional não nos interessa. A prova disso é que a nossa bancada, representando a Bahia no Congresso Nacional, votou contra a famigerada lei imposta pelo governo Bolsonaro, que extingue praticamente a expansão estatal e prioriza o avanço do capital. Ações que nós temos a compreensão, na condição de sindicalistas, na condição de agente representante da sociedade civil organizada, de que elas não interessam à sociedade. Respeito a implementação, o investimento e o patrimônio empresarial, mas não posso fechar os olhos para as ações que retiram direitos da sociedade, que quebram o direito de acesso da cidadania. Então é por isso que a nossa posição tem sido muito firme em relação a este e a qualquer projeto que ameace o direito estatal. Nós nos posicionamos sempre contra as privatizações. Nós temos um princípio claro de estar aqui neste local representando os interesses da sociedade e não poderia ser diferente.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, que nós estamos aqui lutando pelo direito de esgotar o debate e de encontrar uma ação conjunta que atenda aos interesses da Embasa,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que permita o crescimento da instituição como empresa, que assegure a prestação de serviço de respeito e qualidade a nossa sociedade, que não fracione a instituição para que o capital retome o que é interesse do capital e fique com o estado o que deveria ser de atendimento à população mais necessitada...

Por isso que estamos aqui, Srs. Deputados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) reafirmando a nossa posição, parabenizando a todos os companheiros e companheiras representando a Embasa, em nome do Sindae.

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Samuel pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente deputado Adolfo, demais colegas deputados e deputadas, é um prazer muito grande sempre estar aqui com vocês na sessão. Até falava que essa ausência nossa na sessão, às vezes só na sessão virtual, é que não traz o calor da política. Quando eu vejo meu colega Sandro discutindo com o líder Rosemberg acho que isso é o que nos motiva na política, lógico que com muito respeito. Saudar aqui os funcionários da Embasa que contam também com o apoio deste humilde deputado.

Mas, presidente, o motivo que me faz subir hoje à tribuna é falar sobre intolerância religiosa. Fala-se muito sobre o processo, meu amigo Bira, com quem a gente tem boa relação, deputada Fabíola, sobre intolerância religiosa. A gente viu, recentemente, um caso lá na cidade de Curitiba onde pessoas... Eu tenho certeza de que não foi orientado por partido nenhum. Isso às vezes são decisões que as pessoas tomam, e às vezes sempre punem o partido “a”, o partido “b”, a militância “a”, militância “b”. Domingo agora, na cidade de Eunápolis, a nossa igreja, a igreja Assembleia de Deus, a igreja da qual eu faço parte... Todos vocês aqui sabem o carinho e o respeito que sempre tenho por todos os meus colegas deputados. Respeito todas as crenças, todos os credos, todas as cores. Vocês nunca me viram aqui fazendo nenhum tipo de discurso raivoso contra qualquer tipo de natureza. Mas, deputado Sandro, no último domingo agora, na cidade de Eunápolis, a nossa igreja, que é uma igreja centenária e sempre lhe foi muito peculiar trabalhar sobre evangelização, e aí, deputado Ari, nós saímos às ruas de todas as cidades pregando o Cristo que transforma a vida do homem. Sempre digo que a igreja – não só a igreja Assembleia de Deus, está ali meu amigo deputado José de Arimateia, que é da igreja Universal – é um braço do estado porque nós conseguimos ir a muitos lugares onde o estado não consegue chegar. Quando eu falo isso, deputado Bira, nós temos, em especial aqui em Salvador, várias comunidades onde o tráfico tem feito um trabalho tão forte naqueles lugares que a polícia tem dificuldade de chegar, Gegê, mas nós como igreja vamos lá e pregamos o Cristo que transforma a vida do homem.

A nossa igreja em Eunápolis, saindo às ruas daquela cidade, em especial no bairro Juca Rosa, pregando o evangelho, parou na porta, numa esquina e do outro lado da esquina havia um terreiro de candomblé – volto a dizer que respeito todas as religiões, também, em especial, a religião de matriz africana – e lá nós fomos

rechaçados, fomos ridicularizados. Inclusive, lá, uma pessoa que congrega dentro daquele terreiro saiu fazendo vários tipos de ofensa ao pessoal da nossa igreja, jogando uma água, um líquido muito mal cheiroso. Houve também uma agressão física a uma das nossas pessoas que estavam ali evangelizando, pregando o Cristo que transforma a vida do homem. O interessante é que, no outro dia, eles ainda deram queixa dizendo que nós, como igreja, estávamos cometendo intolerância religiosa.

Infelizmente, pela questão da pandemia, a igreja católica não está podendo fazer as procissões que sempre lhe são peculiares e nós nunca desrespeitamos. A igreja católica sai pela rua professando o seu santo, que é aquele santo em que ela acredita, e nós como evangélicos nunca os criticamos e nunca fizemos nenhum ato discriminatório. Então, nós não podemos aceitar, presidente, que um segmento... Volto a dizer e tenho certeza de que não foi orientado por nenhum dos Srs. Parlamentares, e quem sabe até também não foi orientado pelo líder daquela comunidade, a dizer e ainda cometer... falar que nós da igreja, pelo fato de estarmos na rua, pregando aquilo em que nós acreditamos estejamos cometendo intolerância religiosa.

Eu como parlamentar e representante da igreja, representante do segmento, não posso me calar e vou continuar brigando sobre esse assunto, presidente, e gostaria também de contar com apoio de V. Ex.^a, porque sempre, as vezes que tenho conversado com o senhor, o senhor na condição de presidente deste Parlamento, tem mostrado o seu equilíbrio, a sua sensatez e tem aberto espaço não só para o segmento evangélico, mas para todas as religiões. Porque aqui nós temos 63 homens e mulheres que representam uma massa de 15 milhões de pessoas. Aqui é uma Casa onde temos representação de todas as entidades, de todas as crenças, de todos os credos e não podemos aceitar, como parlamentares que somos, como representantes desse povo, que esses atos continuem acontecendo no nosso estado e fiquemos de braços cruzados.

Recentemente, no mês passado, isso tomou até uma notoriedade, a mãe do cantor gospel Delino Marçal estava dentro da igreja e uma pessoa entrou, matou a mãe desse cantor e nós vimos a imprensa fazer um noticiário, mas nós não vimos um repúdio por parte dos parlamentos, especialmente do parlamento federal, por aquele ato que aconteceu e ninguém falou que aquilo era intolerância religiosa. Mas se o fato acontecesse de forma diferente, em que uma pessoa evangélica tivesse entrado, quem sabe, num terreiro ou numa igreja católica e tivesse cometido o mesmo ato, nós estaríamos sendo rechaçados aqui no Plenário e em todas as mídias sociais.

Então, presidente, eu gostaria de contar com o apoio desta Casa para que atos como esse não aconteçam e a gente fique de braços cruzados.

Essas são as minhas palavras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar DEM/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, o deputado Carlos Geilson falará por 6 minutos, e o deputado Arimateia falará por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, profissionais da imprensa, sindicalistas, pessoas que acompanham de forma presencial esta sessão, era desejo nosso que na volta dos trabalhos legislativos deste ano as sessões acontecessem totalmente de forma presencial, mas com o avanço da Ômicron, nós ainda estamos funcionando em sistema híbrido.

Quero aproveitar e dar as boas-vindas à deputada Mirela que se junta a nossa Bancada da Oposição. Seja bem-vinda, deputada! Com certeza, aqui terá o tratamento que a senhora não teve na base governista.

Parabenizar também o pronunciamento do deputado Marcelino Galo, deputado do Partido dos Trabalhadores que, de forma muito corajosa, se posicionou contra a privatização da Embasa, a exemplo também do deputado Bira Corôa e do deputado Hilton Coelho. (Palmas)

Esta Casa vai analisar o projeto (lê) “para adequar a Embasa ao novo marco legal do saneamento. ‘Adequar’ é a palavra utilizada no projeto para não dizer ‘dar início à privatização dessa estatal’.

Entre outras coisas, esse projeto vai levar à abertura do capital da Embasa, além de permitir que ela subconceda parte de suas atividades a terceiros. Esse projeto chega com um pedido de urgência do governador, não permitindo o debate mais amplo entre nós deputados e deputadas, os trabalhadores e até mesmo a população baiana.

É preciso dizer, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, que esse projeto, se for aprovado por esta Casa, vai dar carta branca para o aumento desenfreado das tarifas, uma vez que a estatal passará a ter o lucro como finalidade e não mais a prestação do serviço.

Outra preocupação diz respeito aos novos investimentos da Embasa em municípios pequenos. Considerados como não rentáveis pela empresa, muitos poderão ficar de fora de novos investimentos da Embasa.

E mais um contrassenso: criado em 2007 pelo PT, o Programa Água para Todos completa agora, em 2022, 15 anos de implantação. E de presente ao povo baiano, o mesmo governo do PT quer privatizar os serviços de água e esgoto da Bahia.

Mais uma vez, quero reforçar a minha indignação por essa medida, além de prestar a minha solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras em água, esgoto e meio ambiente representados pelos Sindae, sindicato da categoria.” Que se sintam abraçados pela Bancada da Oposição. (Palmas)

Privatização da Embasa, não!

(As galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Arimateia, por favor.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu queria me solidarizar com o meu colega deputado Samuel Junior pela explanação que fez aqui e também com os irmãos da cidade de Eunápolis. Realmente, eles precisam pensar sobre a intolerância religiosa que eles acham que são os evangélicos que fazem. E nós sabemos que isso tem acontecido por este Brasil afora. Nós sabemos disso e nós não podemos aceitar esse tipo de manifestação que contraria exatamente aqueles que têm lutado e que têm levado a palavra de Deus. E, diga-se de passagem, já existem até movimentos tentando proibir a evangelização na cidade, inclusive, no Rio de Janeiro, já existem projetos tramitando com esse teor de proibir que os evangélicos vão à rua para levar a palavra de Deus.

Mas, Sr. Presidente, eu venho a esta Casa mais uma vez, a esta tribuna, e quero também parabenizar o meu vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Marcelino Galo, pelo seu pronunciamento, parabenizar pela coragem de V. Ex.^a, que, de forma coerente, fez uma explanação importante. Realmente, esse projeto precisa ser muito discutido, claro, para que a empresa e os funcionários da Embasa não sejam prejudicados. Eu quero aqui me solidarizar com todos vocês porque esse não é o momento, de maneira nenhuma, para que possam fazer dessa forma que estão querendo fazer com a Embasa.

Eu venho aqui também, Sr. Presidente, pedir uma explicação, até mesmo ao líder do Governo, porque já chegou a esta Casa o Projeto de Lei nº 24.459/2022, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Pessoa Idosa e dá outras providências.

O projeto já chegou, pelo que eu sei não está em regime de urgência, e eu queria saber do líder quando é que vai ser pautado esse projeto. E não é só a questão de ser pautado, você sabe que esse projeto é de suma importância, mas que o governo também venha a abraçar a causa no sentido de mobilizar, da importância que tem a criação do fundo estadual para o idoso para que as políticas públicas em benefício dos idosos possam ser aplicadas. Não é só apresentar o projeto. O projeto é importante porque a Bahia vai sair dos 11 estados da Federação que ainda não criaram o fundo estadual para o idoso.

Então, o estado da Bahia vai sair dessa marca porque, de todos os 27 estados da Federação, hoje, só existem 16 estados onde já funciona o fundo estadual para o

idoso. Então, agora, a Bahia tem nesta Casa o projeto e a gente espera que esse projeto seja pautado, deputado líder do Governo, o mais rápido possível para que os idosos possam, realmente, ter os seus direitos garantidos e as políticas públicas aplicadas.

O outro assunto que trago, Sr. Presidente – apesar de o tempo já estar indo embora –, é sobre o Plano Estadual de Segurança Hídrica que o estado, através da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, já iniciou execução. Eu soube que 45% já está sendo concluído, mas ainda há mais 55%. Esse projeto é muito importante para que o governo possa, dentro dessa política estadual, cadastrar os pequenos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) reservatórios de água que existem em cada município. Nós tivemos problemas sérios, tanto em 2019, quando tivemos aquele problema da barragem em Coronel João Sá, que foi inundada porque os reservatórios privados que existem não estão sob os cuidados nem do...

O Sr. Soldado Prisco: Presidente, olha o tempo, presidente!

(...) município, nem, também, do governo do estado.

Então, esperamos, Sr. Presidente, que o Plano Estadual de Segurança Hídrica possa chegar ao conhecimento da Comissão de Meio Ambiente para que possamos dar nossa contribuição, os Srs. Deputados que compõem essa comissão.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Sandro...

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, ainda há duas pessoas para falar...

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, não há mais ninguém para falar. Quer dizer, V. Ex.^a tem o tempo.

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o deputado Robinson Almeida estava inscrito para falar por 5 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No próximo tempo do PT. O Sr. Rosenberg Lula Pinto: (...) e o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No tempo do PT, é isso?

O Sr. Rosenberg Lula Pinto: No tempo do PT.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. É porque eu não havia chamado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Enquanto isso, só respondendo aqui, o fundo do idoso, deputado José de Arimateia, que foi encaminhado pelo Executivo, é fruto de uma discussão antiga desta Casa. O deputado Zé Raimundo, inclusive, apresentou sua indicação. Inicialmente, havia um projeto de iniciativa dos deputados, mas, por vício de iniciativa, o governador Rui Costa encaminhou para esta Casa e nós vamos votar rapidamente, espero, por consenso, aqui no Plenário desta Casa. Porque essa é uma reivindicação de todos os deputados e deputadas para que possamos fazer isso e nos organizarmos para o fundo, no sentido de garantir os investimentos para transformar em ações para esse público que é tão carente para todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, pessoal da imprensa que acompanha a sessão, membros das galerias, uma boa tarde a todos. Venho aqui hoje fazer uma reflexão, porque o mundo e o Brasil, em particular, vivem momentos diferentes em relação à natureza da prestação do serviço público.

Nós acompanhamos em vários países do mundo uma onda chamada de reestatização. Depois de ter passado pela privatização de serviços públicos, exemplos na Europa, como a França, a Alemanha, e aqui na América Latina, como o Chile, os governos entenderam que a forma de prestar esse serviço não era a mais adequada. Isso porque além de não assegurar a qualidade do serviço, colocavam o ônus sobre a população, com altas tarifas para ter acesso a bens fundamentais, como energia elétrica, como água, como o sistema de correios e esgotamento sanitário.

E aqui o Brasil está na contramão dessa tendência do mundo. Depois de Temer, que deu o golpe em Dilma, e Bolsonaro, que assumiu a Presidência da República, junto com o seu ministro Guedes, que nada construíram no país, começaram uma onda de privatização. Fatiaram a Petrobras e começaram a vender as suas refinarias, a sua distribuidora e a consequência que nós assistimos é a gasolina a R\$ 7 e as empresas privadas que assumiram sem abastecer o mercado local, com a indexação mais valorosa do dólar e do barril de petróleo para sustentar os seus lucros.

Da mesma forma, o processo de privatização da Eletrobras no Congresso Nacional – que, infelizmente, o TCU liberou essa semana para seguir – provocou imediatamente 20% de aumento no valor da tarifa de energia elétrica, isso nas contas dos pobres brasileiros que têm de pagar um alto custo por esse bem essencial da energia.

Não bastasse isso, ainda está na mira desse governo federal a privatização dos Correios, tendo essa matéria, inclusive, sido aprovada na Câmara dos Deputados e está tramitando agora no Senado. Por isso é que nós temos de ir com muito cuidado nesse debate sobre a questão do fornecimento da água e do saneamento. Porque esse mesmo governo criou um novo marco legal nacional que é sobre a mentira de universalizar o serviço, privatizá-lo.

É a mesma mentira que dizia que a reforma trabalhista ia criar empregos em todo o Brasil; é a mesma mentira que a reforma da Previdência ia botar o Brasil para crescer. O que nós assistimos foi à diminuição dos direitos, à recessão econômica e ao poder aquisitivo do trabalhador diminuído.

Então, não cabe aqui entre nós confiar na tese de que a iniciativa privada possa prestar um serviço público de melhor qualidade do que o ente governamental. Temos o caso da Coelba aqui, para não ir longe, há um pedido de CPI assinado pela maioria dos deputados que estabelece a criação da CPI. Inclusive, o presidente já deliberou pela sua instalação e falta a indicação dos deputados.

Então, não tem nenhuma comprovação de que a privatização do setor de energia elétrica na Bahia melhorou a qualidade do serviço, na ponta. A Coelba é a campeã de queixas na prestação desse serviço. Por isso que eu venho aqui... Pois não? É, os cartórios e outros exemplos. Por isso que eu venho aqui, de público, que eu sou a favor da manutenção da Embasa enquanto empresa pública para prestar serviço à população. (Palmas)

Creio que esse é o melhor caminho que esse serviço tem de ser prestado e não sou contrário que esse serviço seja prestado com arranjos administrativos, que o governo possa tomar empréstimo, capitalizar a empresa, que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) possa garantir o seu controle acionário majoritário e que possibilite que quem mora em Chorrochó tenha água de qualidade tratada e tenha esgotamento sanitário, porque o fim da Embasa será o fim do subsídio cruzado. A Embasa tem cercade 360 sistemas operando e 20 deles é que dão lucro, Soldado Prisco.

No dia que a Embasa deixar de ser uma empresa estadual e for fatiado o fornecimento de água...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e esgotamento sanitário na Bahia, o filé vai ficar com a iniciativa privada e o osso vai ficar para o poder público sustentar. Então, esse modelo de tirar do povo baiano a possibilidade de ter acesso de forma... a preços módicos e com qualidade ao serviço de água e esgotamento sanitário tem de ser mantido, que é a política mais acertada desenvolvida pelo governo da Bahia. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Gostaria de solicitar a V. Ex.^a a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu só queria pedir ao deputado Prisco, porque já tinha anunciado a fala do deputado Jacó. Assim que ele

terminasse, V. Ex.^a e eu concordaríamos com o pedido de verificação de quórum, mas que garantisse a fala do deputado.

O Sr. Soldado Prisco: Tudo bem, Sr. Presidente. Tudo bem, líder.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Com a palavra o deputado Jacó, pelo tempo de 5 minutos. Deputado Soldado Prisco não criará problema por isso. Assim que o deputado Jacó concluir os 5 minutos, nós faremos a verificação.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal da imprensa, pessoal da tribuna, da *TV ALBA*, do cafezinho, seguranças, repórteres que estão aqui. Boa tarde para todo mundo.

Gostaria de iniciar minha fala, Sr. Presidente, saudando todos os profissionais da *TV ALBA* e, em nome deles, saudar a todos os repórteres porque hoje é o Dia do Repórter. E eu queria saudar, parabenizar, dizer da nossa alegria e da nossa satisfação de ter os nossos repórteres, de ter a liberdade de imprensa que é um pilar fundamental para a manutenção da nossa democracia.

Queria também, Sr. Presidente, chamar a atenção da sociedade baiana e brasileira para o racismo da nossa sociedade. Essas grandes lojas, grandes redes insistem na prática do racismo achando que isso é algo normal e eu queria trazer aqui à tona essa loja, é uma grife chamada Reserva, uma loja de gente rica. Imagina! Aqui em Salvador a gente não vê manequim negro, aí uma loja de rico, deputado Rosemberg, bota lá o manequim preto, quebrando o vidro e com a camisa listrada, parecendo penitenciário.

É lamentável e eu queria aqui repudiar com veemência esse tipo de atitude, porque Salvador é a capital mais negra do Brasil. Nós temos aqui mais de 85% da população que é negra. Isso é uma afronta, uma falta de respeito com o povo da Bahia e nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente.

Queria também dizer, aqui, da nossa alegria e da nossa satisfação em anunciar que o Detran de Irecê e de Xique-Xique serão reformados. Quero mandar um recado para o povo da minha terra: as duas sedes do Detran de Irecê serão reformadas completamente. Isso é motivo de alegria e de satisfação do nosso mandato porque o Detran precisa, sim, de se estruturar, ter um ambiente de trabalho decente que eleve a autoestima de seus funcionários. Eu queria, aqui, agradecer ao nosso governador Rui Costa por essa iniciativa tão importante.

Queria também, Sr. Presidente, falar da ironia deste país. Nós temos um presidente da República fascista e sua turma, a boiada, fala tanto dos comunistas e, hoje, ele estava na Rússia botando flores no túmulo de um soldado comunista, deputada Fabíola. É coisa, viu? Que a gente vê. Eu quero ver agora o que é que o gado vai dizer porque ele está lá reverenciando um soldado comunista e tudo aqui no Brasil é coisa de comunista. Já vi que o comunismo é uma coisa boa, porque é coisa que a gente vê neste país, viu?

Queria, aqui, também mandar um abraço bem apertado para o vice-prefeito de Lauro de Freitas, companheiro Dr. Vidigal, um homem de luta que tem feito um trabalho extraordinário, tem dado suporte político a nossa prefeita Moema que está

fazendo um trabalho extraordinário em Lauro de Freitas e tem mudado a realidade daquele município. Dr. Vidigal tem sido uma liderança, um vice leal, um homem trabalhador, comprometido e que tem ajudado sobremaneira a gestão da nossa prefeita Moema. Vidigal, um forte abraço e estamos juntos nessa caminhada.

E, para terminar, Sr. Presidente, eu gostaria de falar do desespero da Oposição no nosso estado. Ontem, o nosso governador Rui Costa, com o nosso senador Jaques Wagner e com o nosso senador Otto Alencar se reuniram com o nosso líder maior, o presidente Lula, em Brasília, para discutir sobre a política, líder Rosemberg. Porque a política é a arte do diálogo e nós estamos à beira de um processo eleitoral. Essas lideranças estavam discutindo a situação política da Bahia, do Brasil, refletindo as estratégias a serem tomadas e nós somos surpreendidos por uma disseminação em massa de *fake news* dizendo que Jaques Wagner não seria o candidato a governador e que Otto Alencar seria o nosso candidato a governador.

Muita gente acabou acreditando nessas mentiras e eu quero dizer aqui, em alto e bom som, para o povo da Bahia, que o nosso candidato, do grupo que governa este estado há 15 anos, que fez uma revolução neste estado, fez o que ninguém jamais fez que foi derrotarmos a política do chicote, do atraso e da intimidação, esse grupo político será e continua sendo liderado pelo nosso governador e pelo nosso senador Jaques Wagner. E se acalmem todos porque as eleições vão chegar...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, já encerrou o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) têm seu dia e sua hora e, com certeza, o povo da Bahia sabe que foi o PT que mais fez por este estado, foram os governos do PT que mais fizeram por este país! O povo deste país e deste estado está com muita saudade do nosso presidente Lula e, com certeza, o governador Jaques Wagner vai liderar esse processo aqui na Bahia.

Um forte abraço. Eu agradeço a oportunidade. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a, Soldado Prisco, pediu verificação de quórum, correto?

O Sr. Soldado Prisco: Isso, presidente. Está mantido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, aproveitando a questão de ordem, primeiro, quero dizer que lamento bastante, mas respeito, a mudança de posição da deputada Mirela. Apenas quero fazer uma correção. Aqui, ela encontrou liberdade, autonomia, solidariedade e carinho. Por conta disso, eu quero apenas desejar a ela todo o sucesso do mundo na sua escolha, mas dizer que aqui ela

encontrou, enquanto líder do Governo e na relação com todos os companheiros de bancada, carinho e liberdade.

A outra questão, deputado Adolfo, é que eu queria pedir ao deputado Sandro para que nós instituamos aqui, na próxima semana, um debate sobre os cartórios. Porque há uma insatisfação generalizada, no estado da Bahia, com relação à forma como os dirigentes de cartório têm tratado os clientes. Nesse instante, o deputado Sandro me apresentava uma queixa com relação a esse atendimento. E como nós aprovamos essa lei aqui na Assembleia, cabe a nós rediscuti-la, se for necessário, paramelhorar o atendimento aos clientes, à população.

Por último, quero deixar também registrado que nenhum parlamentar nesta Casa, nenhum, seja da Base do Governo ou da Base da Oposição, colocou posicionamento favorável a privatização ou abertura de capital da companhia de distribuição de água do estado da Bahia, a Embasa. O que há um debate é sobre a adequação com relação ao novo marco regulatório aprovado no Congresso Nacional. Ouvi todos os discursos. Os discursos valem para o marco regulatório, mas não valem para esse projeto, porque não é esse projeto que propõe a abertura de capital, nem a privatização, nem o desmonte da companhia.

Então, presidente, o deputado Prisco pediu verificação de quórum. Obviamente, eu gostaria que V. Ex.^a fizesse uma avaliação para a continuidade ou não da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Havendo apenas sete deputados em Plenário, não havendo quórum, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Capitão Alden, Fátima Nunes Lula, Júnior Muniz, Jusmari Oliveira, Robinho, Talita Oliveira e Zó. (07)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.